

CAMPO GRANDE

Prefeitura despreza LED em licitação para iluminação

Edital aberto para contratar serviço de manutenção da iluminação pública ignora eventual troca de luminárias de LED já instaladas e menciona somente lâmpadas de sódio e mercúrio

LUCIA MOREL

A Prefeitura de Campo Grande pretende aplicar R\$ 15.686.676,60 na manutenção da iluminação pública, mas não prevê novas instalações de lâmpadas de LED, que são mais econômicas que as de vapor, as quais devem ser adquiridas e implantadas na Capital pelas empresas que vencerem os sete lotes de licitação abertos na semana passada.

Segundo edital, as empresas que forem selecionadas para o serviço terão de trocar ou implantar lâmpadas a vapor de sódio ou de mercúrio, conforme planejamento, nos 119.292 postes de iluminação pública. O documento menciona que esses são os tipos de equipamentos instalados nos postes, sem fazer menção às 4.241 luminárias de LED implantadas no ano passado, ainda na gestão Alcides Bernal (PP).

O processo aberto também não leva em conta projeto da

prefeitura, anunciado em fevereiro, de terceirizar o serviço de iluminação pública, por meio de parcerias com empresas como Philips e General Elétric, por exemplo, que, na ocasião, estariam entre as empresas interessadas. Os atuais contratos de manutenção estão vigentes desde 2012.

Sobre o risco de haver duplicidade de serviços, já que cerca de 16 mil lâmpadas de LED estão estocadas na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), aguardando para serem instaladas, a assessoria informou que um serviço não interfere no outro, mas que, se porventura houver necessidade, por estarem queimadas ou apresentarem outro problema, as luminárias de LED serão substituídas, durante as ações de manutenção.

A iluminação pública em Campo Grande está precária, com muitas avenidas e ruas no escuro, como na região do Bairro Nova Campo Grande ou



POUCA LUZ. Luminárias de vapor de sódio serão mantidas

mesmo nas avenidas Duque de Caxias e José Barbosa Rodrigues, em vários trechos.

Em julho deste ano, quando o Tribunal de Contas do Estado (TCE) liberou a instalação das lâmpadas de LED estocadas na Sisep, o prefeito Marcos Trad (PSD) disse que a prioridade da implantação seria nos locais de Campo Grande considerados “mais perigosos”, sem definir com exatidão quais seriam.

15,6
MILHÕES
A expectativa da Prefeitura de Campo Grande é gastar até R\$ 15,6 milhões por ano na manutenção da iluminação pública

CONTROLE Prazo para instalar pontos pode não ser cumprido

TAINÁ JARA

A Prefeitura de Campo Grande pode não cumprir com o prazo de 15 de outubro para a instalação de aparelhos de ponto eletrônico para os mais de 23 mil servidores municipais. Isso porque a empresa Dimep Comércio e Assistência Técnica Ltda. tem 90 dias para instalação e funcionamento das 496 máquinas contratadas.

Nem mesmo os primeiros 25 equipamentos, que seriam destinados às dez unidades de saúde 24 horas, foram instalados. Os servidores desses locais seriam os primeiros a bater ponto, entretanto, a instalação pode ocorrer apenas em novembro.

Inicialmente, o contrato previa a compra de 700 equipamentos a um custo de R\$ 5,2 milhões. Agora, o número de itens a serem adquiridos será 30% menor do que o previsto no contrato e serão pagos R\$ 1 mil a menos por unidade. Com isso, haverá economia de R\$2,4 milhões.

MEDIDA PROVISÓRIA

CCR MSVia terá mais nove anos para duplicar BR-163

CLODOALDO SILVA
DE BRASÍLIA

O governo federal publicou, ontem, a Medida Provisória (MP) 800/2017 que autoriza a Concessionária CCR MSVia ampliar em 9 anos, de 5 para até 14 anos, o prazo para duplicar os 845 quilômetros da BR-163. A reprogramação de investimentos atende a pedido da CCR MSVia e de outras concessionárias, que alegavam falta de recursos para executar as obras. Pelo contrato assinado em 2014, a empresa terá de investir R\$ 6,5 bilhões.

Tanto que, em abril deste ano, a CCR MSVia paralisou temporariamente as obras e comunicou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que a redução de cerca de 35% na arrecadação dos pedágios, por conta da crise política e financeira nacional, inviabilizou a continuidade nos investimentos para a duplicação da BR-163 e, por isso, houve a necessidade de uma revisão do contrato inicial.

No mesmo mês, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) pediu ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella, que ocorresse um reequilíbrio contratual por causa da não concretização da expectativa de crescimento econômico de 3% ao ano, da queda no fluxo de veículos e da falta de recursos do BNDES para financiar as obras.

Mesmo com esse cenário, o contrato de concessão da BR-163, feito no governo de Dilma Rousseff, em 2014, definiu que a concessionária terá de

investir R\$ 6,5 bilhões até 2020 para duplicar toda a estrada, com direito a explorar o serviço por 30 anos. As obras tiveram início em julho de 2014, porém, por falta de licença ambiental, houve atraso e o prazo de entrega da duplicação foi ampliado para 2020. Até agora, a concessionária duplicou 138,5 quilômetros e investiu cerca de R\$ 2 bilhões.

A alternativa que o ministro afirmou que estudaria foi apresentada agora. De acordo com a MP 800/2017, a ANTT poderá realizar, uma única vez, a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais. Para tanto, a concessionária terá de manifestar esse interesse.

O Ministério dos Transportes vai regulamentar a MP para que se possa fazer a reprogramação dos investimentos previstos. Também vai restabelecer a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por meio de redutor tarifário, que incidirá somente depois de encerrado o novo

cronograma de investimentos acordado.

Como a reprogramação de investimentos depende do interesse da concessionária, o governo deu um período de um ano para que seja feita a adesão e o “prazo máximo para a reprogramação do cronograma de investimentos originalmente assumido será de quatorze anos”.

Um aditivo contratual vai suspender as obrigações de investimentos que estão por vencer e as multas e, então, serão definidas as condições em que os serviços continuarão sendo prestados, até que seja assinado o termo de reprogramação de investimentos.

Porém, o descumprimento da reprogramação de investimentos vai ocasionar punições para a concessionária. O governo vai exigir as obrigações de investimento e cobrar as multas suspensas, além de aplicar os reajustes e as correções previstos originalmente.



MELHORIA. Até agora, concessionária duplicou 138 km de pista

08
OUT
DOMINGO

INÍCIO ÀS 8H
PRAÇA
RAMEZ TEBET
PERCURSO 4,5 KM

PASSEIO CICLÍSTICO

SORTEIO DE UMA MOTO BIZ 100

PARA CONCORRER A MOTO É NECESSÁRIO PARTICIPAR DO PASSEIO

INSCREVA-SE EM
WWW.DIARIODIGITAL.COM.BR

REALIZAÇÃO
TVMS
Três Lagoas FM
101,7
Diário Digital